

CADERNO DE ENCARGOS

Assistentes Operacionais no apoio às atividades de Animação e Apoio à Família dos Jardins de Infância

Cláusulas gerais

- 1 Disposições e clausulas por que se rege o fornecimento**
- 2 Regulamento e outros documentos normativos**
- 3 Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4 Objeto do concurso**
- 5 Prazo**
- 6 Preço base**
- 7 Obrigações do prestador de serviço**
- 8 Forma de prestação de serviço**
- 9 Preço contratual**
- 10 Caução**
- 11 Contrato escrito**
- 12 Condições de pagamento**
- 13 Resolução do contrato**
- 14 Foro competente**
- 15 Comunicações e notificações**
- 16 Contagem dos prazos**
- 17 Legislação aplicável**

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
 - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;

- b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

O contrato a celebrar tem por objeto principal o fornecimento de serviços, para o desenvolvimento de atividades diárias dos jardins de infância do concelho de Tondela, até 31 de dezembro de 2017, compreendendo um horário de 35 horas semanais.

A prestação de serviços relativa ao enunciado anteriormente contempla, entre outras, as seguintes tarefas:

Vigiar as instalações do estabelecimento de ensino, evitando a entrada de pessoas não autorizadas

Arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola; exercer tarefas de apoio aos serviços e ação social escolar;

Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde;

Assegurar os prolongamentos de horário; apoiar nas refeições;

Assegurar a vigilância nos transportes escolares;

Participar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e cívico das crianças;

Exercer atividades de apoio à docência, entre outras.

Os prestadores de serviços deverão possuir:

Qualificação equivalente a assistentes operacionais.

Art.5º Prazo

O prazo corre a partir da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal Tondela dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base, ou seja, o valor máximo, de **67 200,00€**.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

Art.7º Obrigações do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as obrigações principais:

- a) Todas as despesas e custos com o objeto do contrato;
- b) Acompanhar a C.M. através de visitas regulares nas suas instalações e presença física nos períodos determinados em conjunto com o município;
- c) Inscrever, no prazo legal todos os colaboradores temporários colocados na Câmara Municipal no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, bem como garantir a cobertura do risco de acidente de trabalho, através da contratação do seguro obrigatório de acidentes de trabalho e da liquidação pontual do respetivo prémio;
- d) Informar aos seus colaboradores temporários sobre as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho aplicáveis na Câmara Municipal;

- e) Garantir a conformidade das horas pagas ao colaborador através da rigorosa validação nossa “Folha de Horas”;
- f) Pagamento do vencimento base.

A título acessório, o prestador de serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço. Bem como ao esclarecimento do sistema de organização à necessária à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

Art. 8º Forma de prestação do serviço

1. Após a celebração do contrato o concorrente terá de prestar o referido serviço, após a solicitação da autarquia, no período estipulado no artigo 5º.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 9º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. A C.M. garantirá o cumprimento da legalidade relativamente às:

Normas de saúde, higiene e segurança de acordo com o artigo 186 do código do trabalho;

Formação profissional.

Art. 10º - Caução

Não é exigível a apresentação de caução

Art. 11º - Redução do contrato a escrito

É exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do n.º1 do art. 94º do CCP.

Art. 12º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A faturação deverá mencionar a denominação do concurso.

Art.13º Penalidades contratuais e resolução

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Tondela, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

1. Pelo incumprimento do objeto do contrato
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o município pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% da prestação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Tondela terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.
4. Resolução por parte do município de Tondela
5. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato na lei, o município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos serviços.

Resolução de litígios

Art.14º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art.15º Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Art.16º Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Art.17º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, setembro de 2017

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.